

6. Referências Bibliográficas

Fontes manuscritas

IHGB

Localização: Lata 106 – Doc. 12

Relação da embaixada que mandou o poderoso rei de Angome Kigy Chiri Branoon, senhor dos dilatadíssimos sertões da Guiné

Sem data, sem local, 6 folhas [incompleto]

Localização: DL 490,04

Memória escrita por José Freire Montenegro Mascarenhas a respeito da embaixada que o rei de Daomé, Kiay Chiri Broncom, enviou ao [10º] conde de Atouguia, d. Luis [Pedro] Peregrino de [Carvalho de Meneses e] Atáide, vice-rei do Brasil. Inclui introdução sobre Daomé, seus costumes e a recepção do vice-rei. (Duplicada na Localização DL 106,16). 1751

Local: Lisboa

África/Daomé Col. IHGB

Localização: PADAB, DVD 3, verbete 616, documento 472.

1796-1811

Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe regente d. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos; estabelecimento do comércio; furtos e roubos feitos por portugueses; irregularidades nos portos da região; substituição do diretor da Fortaleza de Ajudá; envio de emissários à Bahia; guerra nos sertões de Maquinez, de Nagós, e Porto Novo; confirmação dos laços de amizade entre Portugal e Daomé para facilitar o comércio de escravos; compra de produtos da terra sem tributação e pagamento de serviços de "jornaleiros" quando utilizados (Originais e cópias de época)

Local: Bahia, Palácio de Queluz, Abomé

África/Daomé ACP. Aurélio H. Leal

Fundação Biblioteca Nacional
(Divisão de Manuscritos)

MS-512 (59) D.846

ANADIA, Visconde de. *Ofícios e documentos enviados a Francisco da Cunha Menezes relativos a visita dos embaixadores do rei de Dahomey*. Queluz, 30-31/07/1805. Original e cópia. 8 documentos (11 páginas). Anexos outros documentos a respeito. Publicação Anais da BN, vol. 68.

Localização dos originais: II-34,005,004

I-46,15,11

Carta do Rei Adoxa ao rei [sic] de Portugal. Onim, 12 de março de 1812.

II-33,29,23

Ofício do Conde das Galveas ao Conde dos Arcos, governador da Bahia, sobre propostas comerciais pelas embaixadas do Daomé que se encontram no Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1811.

Original. 6 páginas.

Microfilme: MS-512 (61) Documento 101

II-33,29,127

Ofício do Conde das Gâlveas, ao Conde dos Arcos, Governador da Bahia, sobre os Embaixadores pretos que se encontram nessa cidade. Rio de Janeiro, 21 de março de 1812. 1 documento. Original. 1 folha.

Microfilme: MS-512 (61) Documento 1042

II-34,2,10

Ofício do Rei do Dahomey a D. Fernando José de Portugal enviando um branco chamado Luís Caetano e dois embaixadores para serem enviados a El-Rei e falando sobre a ida de navios a seu porto. Abomé. 20 de março de 1795. 1 documento. Original 2 folhas. Inum.

Microfilme: MS-512 (50) Documento 552

II-34,2,20

Cartas, relatórios e outros documentos relativos à visita dos Embaixadores do Rei de Dahomey. Queluz, Abomé, fevereiro de 1796. 8 documentos. Originais e cópias. 10 folhas.

Microfilme: MS-512 (51) Documento 563

Documentos relativos aos sucessos e outros objetos da independência da Bahia, 1823

I-31,008,001-031 (40 documentos)

I-31,008,003-055 (19 documentos)

I-31,008,057-130 (90 documentos)

I-31,009,001-119 (152 documentos)

I-31,010,001-025 (29 documentos)

I-31,010,001-029 (3 documentos)

I-31,10,031-114 (111 documentos)

Projeto Resgate – Arquivo Histórico Ultramarino

AHU-ACL-N-Bahia

Nº Catálogo: 27086

Verbetes: FRANCISCO DA CUNHA MENEZES, EMBAIXADORES DO REI DO DAHOMÉ

AHU-ACL-N-Bahia

Número do Catálogo: 27.101, caixa 136

Verbetes: “Relação dos portugueses que se acham prisioneiros no território do Rei de Dagomé”. S.d. (anexo ao documento n. 27.099 – *Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia, no qual lhe participa a chegada de dois embaixadores do Rei de Daomé, a forma como os recebera e o seu embarque para Lisboa.* Bahia, 15 de março de 1805.

Fontes impressas

IHGB

“Dois embaixadores africanos enviados pelo rei do Dagomé” In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LIX. Parte 1. Rio de Janeiro: Companhia Tipographica do Brazil, 1896. pp. 413-416.

Regresso do embaixador do rei do Dagomé para a costa d’África In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LIX. Parte 1. Rio de Janeiro: Companhia Tipographica do Brazil, 1896. pp. 417-419.

Outras fontes impressas

LESSA, Clado Ribeiro de. *Crônica de uma embaixada luso-brasileira à Costa d’África em fins do século XVIII, incluindo o texto da viagem de África em o Reino de Dahomé escrita pelo padre Vicente Ferreira Pires no ano de 1800 e até o presente inédita*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasiliana), 1957.

SILVA, Alberto da Costa e. “A memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao Reino da Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé, de Luís Antônio de Oliveira Mendes”. In: *Afro-Ásia*, nº 28. Salvador: CEAO/UFBA, 2002. pp. 253-294.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Baía de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002; principalmente as fontes transcritas relacionadas ao Arquivo Público do Estado da Bahia e ao Arquivo Histórico Ultramarino. Os títulos foram atribuídos de acordo com o tema da documentação, já que o autor apenas menciona a localização dos mesmos.

Documentos:

Embaixada de 1750

Correspondência de Lisboa em 25 de julho de 1747 sobre a destruição de um forte pelas tropas do rei do Daomé. Transcrito parcialmente. (Localização original: APEB, 44, f. 22)

Carta do vice-rei, Conde de Atouguia, para sua Majestade em 29 de junho de 1751 sobre a chegada de dois mensageiros enviados pelo Daomé; a chegada destes já havia sido avisada por Félix José de Gouvea diretor do porto de Ajuda. Transcrito parcialmente. (Localização original: AHU, cod 254, f. 245v.)

Documentos que confirmam o relato da *Relaçam...* Transcrito parcialmente. (Localização do original: AHU, cod. 254, f. 249v)

Carta em que o vice-rei confirma ter recebido os embaixadores em audiência no dia do aniversário do rei de Portugal e indicando normas para que o comércio seja mantido, a saber, recolocar a fortaleza de Ajudá em boas condições, como ela era antes de ter sido invadida pelo exército do rei. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 135, f.85v.)

Carta do secretário de Estado em 21 de outubro de 1751 ao vice-rei tratando do recebimento dos presentes enviados pelo Daomé e indicando a melhor harmonia possível com este reino, já que o comércio de escravos é importante para manutenção do Estado do Brasil. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 48, f.231.)

Carta sugerindo que os emissários do Daomé fossem presenteados com roupa de acordo com o costume de seu país. Transcrito parcialmente. (Localização do original: AHU, cod. 154, f. 245v)

Ofício informando sobre retorno da embaixada para Costa da mina em 12 de abril de 1751 a bordo do *Bom Jesus d'Álem* e *Nossa Senhora da Esperança*. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 50, 53 e 55)

Embaixada de 1770

Processo sobre o africano liberto, João de Oliveira, que voltava para a Bahia com a idade de 70 anos, em 1770, e seu infortúnio de vir em um navio com mercadorias contrabandeadas, e seu aprisionamento com “cabiceiras” do rei de Onim. Transcrito parcialmente. (Localização do original: AHU, doc. Da Bahia 8246 e 8249)

Carta sobre o descendente do rei de Badagry que retorna do Brasil para África a fim de pedir ajuda dos reis de Ardres e de Onim para subir no trono de seus ancestrais. Transcrito parcialmente. (Localização do original: AN, col. C6,26)

Carta do cônsul britânico sobre a presença e cabiceiras e reinantes no Brasil afim de instrução. Transcrito parcialmente. (Localização do original: PRO, FO 84/1031, 1/09/1857)

Embaixada de 1795

Carta do rei do Daomé em 20 de março de 1795 sobre o envio de um “branco”, chamado Luiz Caetano. Transcrito parcialmente. (Localização do original: AHU, doc. da Bahia 16143.

Ofício recebido pelo secretário de Estado, Luiz Pinto de Souza Coutinho, enviado pelo governador da Bahia, Fernando José de Portugal, em 21 de outubro de 1795 sobre a chegada dos embaixadores do rei do Daomé na Bahia. Transcrito integralmente. (Localização do original: APEB, 135, f.85 e AHU, doc. da Bahia 16143)

Carta de Francisco Antônio da Fonseca e Aragão, em 11 de abril de 1795. Transcrito parcialmente. (Localização do original: AHU, doc. da Bahia 16146)

Carta do governador da Bahia para diretor da fortaleza de Ajudá, em 22 de agosto de 1793, em que D. Fernando José de Portugal anuncia ao diretor que o tenente daquela fortaleza, Francisco Xavier Álvares [do Amaral] que se encontrava na Bahia, voltava para Ajudá com as mercadorias e o que fora pedido. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 156, f.49v)

Relação das despesas feitas na Corte pelos embaixadores enviados pelo Rei do Dagomé. Transcrito parcialmente. (Localização do original: AHU, documento da Bahia 27104)

Carta do Secretário de Estado, em 3 de abril de 1796, ao governador da Bahia fazendo recomendações. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 82, f.21)

Carta de Francisco José de Portugal em 31 de dezembro de 1796, sobre a chegada da corveta *Nossa Senhora da Glória e Santa Anna*, trazendo o embaixador do rei do Dagomé e seu séquito. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 135, f. 223 e AHU, documento da Bahia 16780)

Embaixada de 1805

Carta de Francisco da Cunha Meneses, governador da Bahia, para Visconde de Anadia em 15 de março de 1805. Transcrito integralmente. (Localização do original: AHU, doc. da Bahia 27099 e APEB, 140, f. 295)

Carta do rei do Daomé ao governador da Bahia, em 14 de novembro de 1804. Transcrito parcialmente. (Localização do original: AHU, doc da Bahia 27100)

Correspondência de 8 de maio de 1805 de Francisco Cunha Menezes ao Rei de Dagomé. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 155 f. 155v.

Carta do governador da Bahia para Lisboa em 16 de outubro de 1805, sobre a partida dos embaixadores para Ajudá. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 141, f. 373 ou AHU, documento da Bahia 27474)

Carta enviada ao rei do Daomé, Adandozan, intimando-o a colocar os portugueses prisioneiros em liberdade. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 141, f. 205)

Despacho do Visconde de Anadia. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 101, f. 145)

Carta de Innocência Marques de Santa Anna ao Visconde de Anadia, em 17 de outubro de 1805. Transcrito integralmente. Transcrito parcialmente. (Localização do original: AHU, doc. da Bahia 27486)

Sobre a construção de uma fortaleza. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APN,C II, n.º 118, 128)

Embaixada de 1807

Carta do Conde da Ponte, governador da Bahia, para o Visconde de Anadia, em 7 de outubro de 1807 sobre a chegada de um embaixador do reino de Onim. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 143, f. 102)

Carta do Conde da Ponte, em 14 de outubro de 1807, relatando a recepção dos embaixadores. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 143, f. 109)

Carta do Conde da Ponte, em 23 de outubro de 1807. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 143, f. 115)

Carta do governador escrita em 16 de outubro de 1807 sobre a impossibilidade de enviar seus emissários a Lisboa. APEB, 144, f.77 APEB, 164, f. 62)

Ofício do governador da Bahia enviada ao Visconde de Anadia, agora no Rio de Janeiro informando sobre o envio de um pigmeu, presente do príncipe de Onim. Localização do original: APEB, 144, f.77)

Embaixadas de 1810 e 1811

Carta do rei de Ardra (Porto Novo) informando a ida de uma embaixada, em 7 de setembro de 1810. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 112, f. 50)

Carta ao governador da Bahia para que recebesse dignamente os embaixadores. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f. 109)

Carta do príncipe regente ao rei de Ardra, em 6 de fevereiro de 1811, dando as razões da parada da viagem dos embaixadores na Bahia). Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 112, f. 170)

Ofício que informa a chegada de quatro emissário do rei do Dagomé, em 30 de janeiro de 1811. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 112, f. 314)

Carta do Conde dos Arcos, governador da Bahia, ao rei do Daomé. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 166, f. 237)

Carta do Conde dos Arcos sobre os procedimentos a serem seguidos depois da assinatura da aliança de 19 de fevereiro de 1810. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 112, f. 526)

Carta de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, em nome do governador Conde dos Arcos, aos embaixadores do rei do Dagomé, em 2 de setembro de 1811. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 166, f. 284)

Carta de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, em nome do governador Conde dos Arcos, aos embaixadores do rei do Dagomé, em 23 de outubro de 1811. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f. 22v)

Carta de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, em nome do governador Conde dos Arcos, aos embaixadores do rei do Dagomé, em 15 de novembro de 1811. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f. 31)

Carta de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, em nome do governador Conde dos Arcos, aos embaixadores do rei do Dagomé, em 13 de janeiro de 1812. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f. 59)

Carta de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, em nome do governador Conde dos Arcos, aos embaixadores do rei do Dagomé, em 24 de fevereiro de 1812. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f. 78)

Carta de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, em nome do governador Conde dos Arcos, aos embaixadores do rei do Dagomé, em 10 de março de 1812. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f.84v.)

Carta de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, em nome do governador Conde dos Arcos, aos embaixadores do rei do Dagomé, em 2 de abril de 1812. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f.95)

Carta de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, em nome do governador Conde dos Arcos, aos embaixadores do rei do Dagomé, em 16 de maio de 1812. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f.112)

Carta de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, em nome do governador Conde dos Arcos, aos embaixadores do rei do Dagomé, em 19 de junho de 1812. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f.124.)

Carta de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, em nome do governador Conde dos Arcos, aos embaixadores do rei do Dagomé, em 22 de agosto de 1812. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f.142v)

Carta do Conde de Aguias, em 9 de setembro de 1812, autorizando o retorno dos embaixadores aos seus respectivos reinos, Ardra e Agomé). Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 113, f. 424)

Ofício aos embaixadores em 10 de setembro de 1812. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f. 166)

Ofício de 17 de outubro de 1812 informando do navio escolhido para transporte dos embaixadores. Transcrito parcialmente. (Localização do original: APEB, 167, f.167.)

Obras

AA, Pieter Van der. *La Galerie Agréable du Monde...* Leiden, 1728.

ADEKUNLE, Julius O. "Education". In: FALOLA, Toyin (ed.). *Africa. African cultures and societies before 1885 (volume 2)*. North Carolina: Carolina Academic Press, 2000.

AFOLAYAN, Funso. "Kingdoms of West Africa: Benin, Oyo and Asante". In: FALOLA, Toyin. (ed.). *Africa. African history before 1885 (volume 1)*. North Carolina: Carolina Academic Press, 2000.

AKINJOGBIN, I. A. *Dahomey and its neighbour: 1708-1818*.

ALBURQUERQUE, Wlamyra R. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador, Brasília: Centro de Estudos Afro-Orientais; Fundação Cultural Palmares, 2006.

_____. "Os embaixadores da alegria". In: *Revista de História da Biblioteca Nacional* (fevereiro/2007).

ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes. Formação no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

APPIAH, Kwame Anthony; GATES, Henry Louis (editores). *Africana. The encyclopedia of the African and african-american experience (the concise desk reference)*. Philadelphia: Running Press Book Publishers, 2003.

ARAÚJO, Ana Lucia Dahomey, Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave. In: *Slavery & Abolition. A Journal of Slave and Post-Slave Studies*. Vol. 33, n. 1, March 2012. pp. 1-19.

BALANDIER, George. "L'antropologie africaniste et la question du pouvoir". In: *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. 65. Paris: Les Presses Universitaires de France, julho-dezembro de 1978.

_____. *Poder em cena*. Brasília: Ed. UNB, 1982.

- BAHL, Vik. "The Study of Cultures". In: FALOLA, Toyn. *African cultures and societies before 1885*. Carolina do Norte: Carolina Academic Express, 2000
- BELO, André. Between History and Periodicity: Printed and Hand-Written News in 18th-Century Portugal. In: *e-JPH*, Vol.2, number 2, 2004.
- BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial. 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BOBBIO, Noberto. *Teoria geral da política: A filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- CANNECATTIM, B. M. *Diccionario da língua Bunda, ou angolense, explicada na portugueza, e latina*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. "O comércio de escravos novos no Rio setecentista" In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DALZEL, Archibald. *The history of Dahomy, and inland Kingdom of África, compiled from authentic memoirs* London: T. Silpbury and son, 1793.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. (2ª edição). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- DIAS, Jill R. *África. Nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.
- EKESHI, Felix. "Christianity". In: FALOLA, Toyn. (ed.). *Africa. African cultures and societies before 1885*. Carolina do Norte: Carolina Academic Express, 2000.
- ELIAS, Norbert. *Sociedade de Corte. Investigação sobre a realeza e sobre a sociologia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 (2 volumes).
- FALOLA, Toyn. "Intergroups relations". In: FALOLA, Toyn (Ed.). *Africa. African cultures and societies before 1885*. Carolina do Norte: Carolina Academic Express, 2000
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. "Casamento". In: VAINFAS, R. (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

- FERRARO, Alceu Ravanello. “Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil no Brasil. O que dizem os censos?” In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.
- FIGUEIRÔA-RÊGO, João de e OLIVAL, Fernanda. “Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)”. *Revista Tempo*. n. 30. Niterói: UFF, 2011.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FORBES, Frederick E. *Dahomey and the Dahomans: being the journals of two missions to the king of Dahomey, and residence in his capital, in . . . 1849 and 1850*. Londres: Longman, Brown, Green and Longmans, 1851.
- GINZBURG, C. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. “Representação - A Palavra, a Idéia, a Coisa”. In: *Olhos de Madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GLÉLÉ, Maurice Ahanhanzo. *Le danxome: Du pouvoir Aha à la nation Fon*. Paris: Nubia, 1974.
- GOETZ, Philip H. *The New Encyclopaedia Britannica*. 5ª ed. Chicago: Encyclopaedia Britannica. c1990.
- GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- GURAN, Milton. *Agudás. Os “brasileiros” do Benin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Minas Gerais: EDUMG, 1999.
- HERKENHOFF, P. *O Brasil e os holandeses. 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.
- HESPANHA, Antonio Manuel. M. e SANTOS, M. C. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. (v. 4).
- LARA, Silvia Hunold. “Uma embaixada africana na América Portuguesa” In: JANCÓSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. *Festa. Cultura e sociabilidade na*

- América Portuguesa*. (volume 1). São Paulo: EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001.
- _____. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. “Com fé, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVI”. In: GOMES, Flávio. (org.), *Mocambos de Palmares. Histórias e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- _____. (org.). *Ordenações Filipinas, Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- LAPORTE, Joseph. *O viajante universal, ou Notícia do Mundo antigo e moderno*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1798. Volume 13.
- LAW, Robin. *Ouidah. The social history of west of African slaving 'Port', 1727-1892 (West african studies)*. Ohio: Ohio University Press, 2004.
- _____. “Francisco Felix de Souza na África Ocidental (1800-1849)”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001.
- LEAL, João. Eurípides. Franklin. “Tintas para escrever”. In: *Revista Eletrônica Documento Monumento* n. 2. Mato Grosso: Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, s/d. pp. 151-163.
- LIMA, Ivana Stolze. *Língua nacional, voz escrava*. (mimeo).
- LIMA, Ivana Stolze. e CARMO, Laura do (org). *História Social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- LIMA, Mônica. *Entre margens. O retorno à África de libertos no Brasil. 1830-1870*. Rio de Janeiro: UFF, 2008. (tese de doutorado)
- LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago. C. P. dos Reis. “A cultura escrita nos lugares privados”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). *História da vida privada em Portugal: Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e debates, 2010.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MADEIRA, Catarina Santos. “Escrever e poder - os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu”. *Revista de História*. N. 155, 2º semestre, 2006. pp. 81-95

- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle de escravos na América, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. “A moeda colonial”. In: *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII”. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battella. *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos” In: MATTOSO, J. (Dir.). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna* (volume coordenado por Nuno Gonçalo Monteiro). Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores, 2011.
- OLIVAL, Fernanda. “A Ordem de Cristo e a Sociedade Portuguesa dos séculos XVI-XVIII”. In: *D. Manoel I – A ordem de Cristo e a Comenda de Soure – V centenário da subida ao trono de D. Manuel*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos portugueses, Câmara Municipal de Soure, 1997.
- PALLARES-BURKE. *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.
- PINHEIRO, Claudio Costa. “Língua e conquista: formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvares da modernidade”. LIMA, Ivana Stolze. e CARMO, Laura do (org). *História Social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. “Domingos Pereira Sodré: Um sacerdote africano na Bahia oitocentista”. *Afro-Ásia*. Salvador: EDUFBA, 2006, n. 34.

- RIBEIRO, A. V. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c.1750 – c.1800)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. “O tráfico de escravos e a experiência diplomática afro-luso-brasileira: transformações ante a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro”. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15 n. 27, pp. 107-123, jul. 2008.
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África. Outro Horizonte (relações e política brasileiro-africana)*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- SALAU, Mohammed Bashir. “The Atlantic Slave Trade and the impact on the nigerian hinterland, 1500-1900”. In: OGUNDIRAN, A. *Precolonial Nigéria. Essays in honor of Toyin Falola*. Nova Jersey, Eritreia: African World Press, Inc., 2005.
- SANTOS, Catarina Madeira. “Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu”. *Annual meeting of the society for spanish and portuguese historical studies*. 2000.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade Colonial. 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, Editora UFRJ, 2003.
- _____. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- _____. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, EdUERJ, 2004.
- _____. “Cartas de um embaixador de Onim”. In: *Cadernos do CHDD*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, 1º semestre de 2005.
- _____. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

- SOARES, Mariza Carvalho. “Nações e grupos de procedência”. In: *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- SOUMONNI, Elisée. “Daomé e o mundo Atlântico”. *SEPHIS - Centro de Estudos Afro-Asiáticos*, 2001.
- _____. “From a port of the Slave Trade to an urban community: Robin Law and the history of Ouidah”. In: FALOLA, T.; CHILDS, M. D. *The changing worlds of Atlantic África: Essays in honor of Robin Law*. North Carolina: Carolina Academic Press, 2009
- SOUZA, Ana Lúcia [Et. Al.]. *De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros*. Salvador, Brasília: Centro de Estudos Afro-Orientais e Fundação Cultural Palmares, 2005.
- SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2002.
- _____. “Crucifixos centro-africanos: um estudo sobre traduções simbólicas”. In: ALGRANTI, Leila. Mezan; MEGIANI, Ana Paula. *O Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade (volume 1)*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2004.
- TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- TISHKEN, Joel. “Indigenous religions”. In: FALOLA, Toyin (ed). *África. African cultures and societies before 1885*. Carolina do Norte: Carolina Academic Express, 2000
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Baía de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortes. Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógeno e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. *O Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.

Websites

<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>

<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>

<http://www.embaixadadeportugal.jp/portugal/historia-2/pt/>

<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/amizade>

http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-embaixador-do-rei-de-angome-chega-a-bahia-1750

Filmografia

Filme *Atlântico Negro. Na rota dos orixás*. (Diretor: Renato Barbieri, 1997)

7. Anexos

Documento 1 – Referente à embaixada daomeana de 1750

Relação da embaixada que mandou o poderoso rei de Angome Kigy Chiri Branoon, senhor dos dilatadíssimos sertões da Guiné. Sem data, sem local, 6 folhas [incompleto] Localização: Lata 106 – Doc. 12. IHGB. e *Memória escrita por José Freire Montenegro Mascarenhas a respeito da embaixada que o rei de Daomé, Kiay Chiri Broncom, enviou ao [10º] conde de Atouguia, d. Luis [Pedro] Peregrino de [Carvalho de Meneses e] Atáide, vice-rei do Brasil.* Inclui introdução sobre Daomé, seus costumes e a recepção do vice-rei. (Duplicada no DL 106,16). 1751. Também há descrição desse documento em VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos.* Salvador: Corrupio, 2002. pp. 280-284.

Sendo África uma das três partes do antigo mundo, há tantos séculos notória aos Cosmógrafos, ainda hoje os Estados da sua parte Ocidental são tão pouco conhecidos nos Mapas, como os da parte Setentrional do Mundo novo. Apenas lemos neles os nomes de alguns Rios, e Cabos, a quem a Nação Portuguesa os deu no tempo dos seus primeiros descobrimentos, e dos de alguns Reinos dos muitos em que está dividido o domínio daquela Corte; mas com uma tal confusão, e incerteza, que se não pode falar neles sem o perigo de tropeçar em muitos erros. Entre os desconhecidos, que compreende a dilatada Província de Guiné, se numera o de Angome, que nos dá agora matéria para esta relação.

As memórias, de que a formamos, nos indicam a situação deste Reino nas vizinhanças do golfo de Benim, que não dista muito de S. Thomé, confinante pela parte do Norte com o Rio dos Bons Sinais, e com o Reino de Bonsoló, e pela do Sul com o poderoso Rei de Inhaque. Pela parte Ocidental a limita o referido Golfo, com um porto suficiente, onde tem a Cidade de Tanixuma, quarenta e duas léguas distante da sua Corte. Neste surgem com freqüência alguns navios Portugueses, dos Negociantes do Brasil, que se mandam prover de escravos, e algumas embarcações das Ilhas de S. Thomé, do Príncipe, e de Assnobom, que todas lhe ficam vizinhas.

O Rei, que atualmente domina o Estado de Angome, se chama Kiay Chiri Broncom. É amante da Nação Portuguesa, a mais antiga no trato daquela Costa; e desejando fazer um tratado de amizade e comércio com o nosso Augusto Soberano, resolveu, para lhe fazer esta proposta, mandar uma embaixada ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde de Atougua, Vice-Rei do Brasil, de cujo generoso espírito e acertadas ações tinha ouvido repetidos aplausos aos nossos Navegantes. Elegeu para esta função um dos vassallos da sua maior confiança, chamado Churumá Nadir, moço de gentil presença, e de aspecto nobre, e mandando-o recolher da Campanha, onde o servia, o encarregou da execução deste projeto. Dando-lhe as instruções convenientes, o fez embarcar em um navio pertencente a Luiz Coelho morador na Bahia, de que era Capitão Manoel Luiz da Costa, o qual se achava surto no porto de Tanixuma. Ordenou que o acompanhassem por seus Gentishomens dois Alcatís, título que no seu país se dá aos que entre os mais tem distinção de nobres; cujos nomes próprios são, de um Grijocome Santolo, do outro Nenin Radix Grytonxom; para se instruírem na língua e nos costumes dos Portugueses.

Embarcou-se o Embaixador com os dois Gentishomens com um interprete da sua Nação, que sabia suficientemente a língua Portuguesa, com a sua comitiva, e com os presentes, que o seu Rei destinava para a Majestade Fidelíssima do nosso Rei, e para o Conde, seu Vice-Rei no Brasil. Fretou a câmara do navio, no qual chegaram todos com bom sucesso ao porto da Cidade do Salvador do Bahia de todos os Santos, na manhã do dia de S. Miguel, 29 de Setembro do ano 1750. Fez o Capitão logo aviso ao Excelentíssimo Conde Vice-Rei das pessoas que trazia a seu bordo, e Sua Excelência com a prontidão possível fez todas as disposições convenientes para o Embaixador ser recebido, e alojado com as honras decentes ao Ministro de um Rei, cuja amizade é mui importante ao nosso comércio. Ajustou com os RR. PP. da Companhia de Jesus que o hospedassem no seu Colégio; e ordenou, que um Militar no seu escaler o fosse buscar a bordo, e que as Fortalezas o salvassem com a sua artilharia.

Os RR. PP. fizeram logo armar a sala, em que costumam receber os Vice-Reis da Índia, quando voltam daquele Estado, ou a outras pessoas de grande distinção; todo o teto armado de preciosas colchas, e o pavimento de finíssimas esteiras. Cadeira de espaldas magnífica, e tamboretas almofadadas, tudo guarnecido de franjas. Prepararam-lhe uma câmara rica em um leito de ébano,

marchetado de marfim, e de tartaruga; lençóis de Holanda, entremeados, e guarnecidos de finíssimas rendas de Flandres; cobertor de tela carmesim, com franjas, e borlas correspondentes à sua riqueza, e tudo primorosamente coberto com um véu de gaza.

Chegou o Embaixador a terra no escaler de Sua Excel., desembarcou no trapiche de Juliam, junto ao Forte de S. Francisco, que o recebeu com uma salva de toda a sua artilharia. Entrou logo em um Palanquim, que já achou pronto, e armado de boas sedas, e os dois Gentis-homens em duas cadeiras de mãos. O Embaixador é uma bem feita, e nobre figura. Trazia vestido um roupão semelhante à toga de um Desembargador com uma capa de veludo cor de nácar. Turbante com seu penacho metido em um castão de ouro, guarnecido de boas pedras.

Os dois Gentishomens são moços bem feitos, e bem figurados, vestiam ao uso do seu País. Traziam quantidade de criados, e quatro raparigas de idade de 10 anos nuas ao modo da sua terra, mas bem parecidas, às quais chamam Mobandas, comitiva de que usam por grandeza.

A esta grande novidade, nunca vista no Brasil, começou a concorrer gente de toda a parte, e o Embaixador, para evitar o embaraço, que podia fazer-lhe o concurso de tanto povo, disse pelo seu intérprete aos portadores do Palanquim, e cadeirinhas, que apressassem o passo; o que eles fizeram, e chegaram com maior brevidade à portaria do Colégio, onde os PP. o esperavam, e o receberam com demonstrações de agrado, e de respeito, todas encaminhadas a insinuar-lhe quanto reconheciam a distinção do seu caráter.

Logo que o Vice-Rei soube que o Embaixador tinha chegado ao Colégio, mandou uma guarda com seu Cabo para a portaria. Os PP., que a julgavam desnecessária, persuadiram ao Embaixador que a despedisse; porém ele o não fez, dizendo que seria opor-se às disposições de Sua Excelência, e mostrar-se-lhe pouco agradecido ao seu favor, e muito menos sendo uma honra, que se lhe fazia em obséquio do seu Monarca, a quem ele representava no Brasil; e que se daria por mal servido de que a rejeitasse, e assim não podia seguir o seu conselho, como prejudicial ao respeito do seu Soberano.

Pediu este Ministro dia para a sua primeira audiência; e o Conde, valendo-se de alguns pretextos, lha diferiu até o dia 22 de Outubro; sendo o fundamento desta demora, dar-lhe ocasião para que ele e a sua comitiva ajuizassem, pela

magnificência com que em parte tão distante se festejava o aniversário do nosso Soberano, qual é a grandeza deste Monarca, e quanta a veneração que os seus vassallos lhe tributam. Não haviam ainda chegado ao Brasil os ecos das vozes, com que havia sido lamentada a 31 de Julho a falta da vida do nosso Augusto Rei D. João o V, de gloriosa memória, e toda a Corte da Bahia preparava custosas galas, para mostrar nos excessos da sua despesa o empenho do seu obséquio. Queria Sua Excelência aumentar com ato tão notável a solenidade daquele dia.

Para suavizar ao Embaixador a impaciência, que sempre costumam produzir as dilações, lhe mandou o Vice-Rei dizer que podia divertir-se vendo a Cidade, e os seus contornos, as Igrejas, os Conventos, e as Fortalezas, para o que lhe ofereceu a sua Cadeira portátil, e outras para os dois Fidalgos seus companheiros. Agradeceu esta oferta com demonstrações de obrigado, dizendo, que nesta ocasião não podia aceitá-la; mas que a reservava para depois de ter a sua primeira audiência.

Intentou Sua Excelência fazer vestidos ao Embaixador, e aos dois Gentis-homens, para que no dia da Embaixada aparecessem no traje Português; e para este efeito mandou buscar a mais rica tela, o mais excelente veludo, e os melhores damascos, e brilhantes, que se puderam achar na Cidade, e lhos mandou à mostra, para que escolhessem, comunicando-lhes o para quê. Não se agradou ele desta oferta, e mandou dizer que não carecia de vestidos para dar a sua Embaixada, porque deles vinha bem provido; nem ele a devia dar vestido à Portuguesa, mas ao uso de seu País, para representar o Rei, de quem era Ministro.

No meio tempo desta demora lhes dava o seu calendário uma festa, que eles, e os seus celebraram, segundo o rito Gentílico, que professam. Mataram muitas aves, e untando-se com o sangue delas, fizeram banquetes de iguarias ao seu modo: e porque não usam de vinho, nem de outras bebidas fortes, brindaram à saúde do seu Monarca, e da felicidade do seu governo, com café, e com chocolate, que o Conde Vice-Rei lhes mandava todas as manhãs.

Apareceu enfim o dia 22 de Outubro, destinado para esta grande função. Ajuntaram-se por ordem de Sua Excelência logo de madrugada, no terreiro do Colégio, de frente do alojamento do Embaixador, todos os Regimentos de Infantaria da guarnição da Cidade, e nele se detiveram formados até as nove horas, em que desfilaram para a Praça, cada um com os seus oficiais na vanguarda, todos vestidos de gala, e depois de nela fazerem as costumadas

continências, se dividiram em vários corpos, que se postaram em diferentes sítios. Achava-se o Palácio todo bem armado, o Vice-Rei debaixo de um rico dossel, assistido de todo o Corpo do Senado, e de toda a nobreza da Bahia sem se ver outra coisa mais, que vestidos ricos, e de bom gosto, tudo galhardia, tudo pompa. Havia-se formado na Praça um navio de suficiente grandeza já de verga de alto, no qual com especiosa disposição se via um Capitão no portaló vestido de pano verde com um alfange na mão direita, abraçando com a esquerda um broquel. O Piloto na bitácula encaminhando o rumo, os marinheiros subindo pelas enxárcias para largarem o pano, e tudo tão artificiosamente disposto, que se equivocava a vista, esperando quando levantava ferro, para se fazer à vela.

Assim como se ouviram às dez horas no relógio da Sé, expediu o Conde Vice-Rei um Sargento mor, com dois Capitães de Infantaria, a convidar o Embaixador, para vir ter a sua Audiência, mandando-lhe a sua cadeira, e outras duas para os Fidalgos, que o acompanhavam. Todos se tinham posto prontos, esperando este aviso. Estava o Embaixador vestido com um faval de tela carmesim, todo guarnecido de rendas de crespas, com uma espécie de faia como de mulher, sem cós, a que eles dão o nome de Malaya, também do mesmo estofado, todo guarnecido de franjas de seda, um sandal curto com borlas pendentes, e uma capa com uma grande cauda, como roupa Real, de tela furta-cor, forrada de cetim branco com listas de cores diferentes. Turbante magnífico, e precioso, e os borzequins dourados. Os dois Fidalgos vestiam pela mesma moda, mas com diferença nas cores, e nos estofos. Meteram se nas cadeiras, e os seguiu a pé a sua comitiva por entre quantidade de plebe, e chegando à esquina da casa da moeda, se apearam das cadeiras, e continuaram o caminho a pé para o Palácio com os seus criados, e as quatro raparigas vestidas ao uso do seu País com lenços envoltos nas cabeças, mas sem camisas. Ao entrar na Praça começaram, com o final prevenido de um foguete, a salvá-lo o Navio que estava nela, e as Fortalezas do mar, com as descargas dos seus canhões, festejo, que o uso tem feito solene, mas horroroso; pois fere com o seu fogo os ares, e deixa com o seu estrondo magoados os ouvidos.

Entrou o Embaixador na sala com grande confiança, fazendo cortesias para uma, e outra parte, observando uma gravidade sem afetação, até chegar ao lugar, que o Conde Vice-Rei ocupava; e não distinguindo a sua pessoa entre a magnificência, que divisava em todos, perguntou pelo seu interprete qual era, e

logo, sem perder a soberania do seu aspecto, o cortejou primeiro à Portuguesa com três cortesias, feitas com muito ar, e imediatamente, ao modo do seu País, prostrando-se por terra com os braços estendidos, e as mãos uma sobre outra, e trincando os dedos, como castanhetas: cerimônia com que em Angome, costumam venerar aos seus Reis; indicando-lhes deste modo o gosto com que lhes fazem esta prostração. Levantou-se, ofereceu-lhe o Vice-Rei assento, para o que preparada junto à sua, que se distinguia só em ter nela um coxim, porém ele o repugnou, dizendo que o assento se fizera para uma conversação dilatada e assim se não dava na sua Corte aos Embaixadores, cujo recado é sempre breve.

Tinha o Conde Vice-Rei junto a si dois Intérpretes, um Português, que havia assistido em Angome, e um mulato filho da Mina, que falavam elegantemente a sua língua, e lhe explicavam o que dizia o Embaixador, e este falou a Sua Excelência nesta forma: Aquele Alto, e Soberano Senhor, Monarca de todas as Nações da Gentilidade, assim as que habitam as Costas do Oceano, como as que vivem nos dilatados Sertões, de que ainda se não descobriu o fim, a quem temem os Povos de maior valor, entre os quais excede a todos o de Angome; deseja aliar-se, e tratar-se com muita amizade com o grande Senhor do Ocidente O Íncrito Rei de Portugal: e fazendo no seu Conselho eleição da minha pessoa, pela fidelidade, zelo e segredo, que em mim tem reconhecido; me fez recolher da Campanha, onde o servia, para mandar-me ao Brasil; e concedendo-me todos os poderes da Sua Real Pessoa, me ordenou faça a Vossa Excelência nesta tosca representação as asseverações do seu desejo. Por mim envia saudar a Vossa Excelência, não obstante a diferença, que a Religião tem feito entre o Cristão, e o Gentio; porque aquele Altíssimo Senhor, que, sem a mínima duvida, criou este Orbe, e a imensidade do firmamento, que os nossos olhos se apresenta, não proíbe a comunicação dos que vivem em diferentes leis, nem a paz, e a boa amizade, que tanto convém ao comércio dos viventes. Esta amizade, que deseja com a Coroa de Portugal, promete, com a palavra de Rei, observar fielmente, e na falta da Sua Pessoa, deixá-la recomendada aos Seus Sucessores. A prova da verdade das minhas expressões verá Vossa Excelência firmada com o Sinete Real da Sua grandeza.

A este tempo tirou do seio uma Carta, e a entregou ao Conde, recomendando-lhe o segredo dela; e continuou dizendo:

Receba Vossa Excelência esta representação da parte daquele grande Monarca, que o elegeu para ocupar este lugar. O Presente vem dentro do Pacote, que mandarei entregar logo a Vossa Excelência, a cujos pés ponho na presença de todo a este auditório a minha pessoa. Tenho satisfeito ao que o meu Soberano me encarregou. O segredo, que Vossa Excelência verá na sua Carta, não será público, nem manifesto, sem expressa Ordem do Seu Soberano Monarca, e do meu grande Rei de Angome.

Despediu-se com estas ultimas palavras, e com as mesmas cortesias. Foi reconduzido com igual acompanhamento ao Colégio, em que estava alojado; e chegando à Portaria, mandou dar vinte moedas de ouro aos Negros da cadeira do Vice Rei, em que tinha ido. Opunham-se os Oficiais Militares, que o acompanharam, a esta dádiva, persuadindo aos Negros a que não aceitassem; o que ele rebateu dizendo, que ninguém tinha jurisdição para limitar as ações dos Príncipes. Mandou pouco depois os presentes, que trazia do seu Rei. Estes constavam de dois caixões, chapeados de ferro, com as fechaduras lavradas, um para o nosso Augustíssimo Rei, outro para o Conde, com as quatro Negrinhas. Correu a voz de quem também fez um presente ao Conde de cem Negros para o servirem. Pode ter se equivocado o vulgo com a carregação do Navio, em que Embaixador veio de Angome.

Sem embargo da permissão, que o Conde Vice-Rei lhe havia concedido, para ver a Cidade, e as coisas que nela há de mais grandeza, se não aproveitou o Embaixador dela, antes da sua primeira audiência. Depois o fez acompanhado de um Ajudante, e quatro Sargentos, que o Vice-Rei mandou para lhe assistirem, e mostrarem as Fortalezas, Conventos, Igrejas, e tudo o que há mais digno de curiosidade. Em alguns Conventos se lhe ofereceram refrescos. Observou-se que apresentando-lhe o Guardião de um dos Franciscanos vinho, e doce, o não aceitou dizendo, que nunca o bebera. Não se divulgou nunca, nem o que a Carta continha, nem o que os caixões encerravam. Correu em Lisboa que chegara da Bahia um dos caixões para Sua Majestade, e três Negrinhas. Esperamos notícias mais amplas do Estado deste Rei, e do comércio, que nele se pode fazer, para satisfazermos o desejo dos curiosos da História, e da Geografia.

Documento 2 – Referente à embaixada daomeana de 1795

Ofício recebido pelo secretário de Estado, Luiz Pinto de Souza Coutinho enviado pelo governador da Bahia, Fernando José de Portugal, em 21 de outubro de 1795. In: VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. Salvador: Corrupio, 2002. pp. 287-289.

Na Corveta Santíssimo Sacramento e São Francisco das Chagas, de que é Mestre Manoel Jorge Martins, que entrou neste Porto vinda da Costa da Mina em vinte e seis do mês de Maio passado, chegaram dois Embaixadores da parte do Rei do Daomé com Cartas para este Governo e para sua Majestade, e entrando em dúvida sobre a formalidade que com eles deverá praticar, por serem pouco freqüentes neste País semelhantes embaixadas, examinando para esse fim os livros da Secretaria, me contou que no ano de mil setecentos e cinqüenta, sendo Vice-Rei do Estado do Brasil o Conde de Atouguia, viera a esta Cidade um mensageiro com o seu Secretariado da parte do mesmo Rei, a dar-lhe as boas vindas e a pedir a continuação do comércio, os quais foram hospedados no Colégio da Companhia, onde se lhe fizeram as despesas do seu sustento e trato por conta da Fazenda Real, que foram aprovadas por Provisão de dezessete de Julho de mil sete centos e cinqüenta e dois, número primeiro, além de outras distinções que o mesmo Vice-Rei com eles praticara; a vista de semelhante exemplo, os fiz conduzir por um Capitão de Infantaria de um dos Regimentos desta cidade para o Convento dos Religiosos Franciscanos, onde foram hospedados e sustentados com decência à custa de Sua Majestade, mandando-lhes fazer uma roupas compridas de seda para se me apresentarem, por terem unicamente cobertos com hum pano da Costa sem mais alguma roupa, e sem pessoa alguma incumbida de os servir, a exceção do mesmo Lingoa escravo do atual Diretor da nossa Fortaleza de Ajudá, que havia anos tinha fugido de seu Senhor e buscado a proteção daquele Potentado. Chegando o dia de Corpo de Deus, depois de acabada a Procissão, vieram dar a Sua audiência, escolhendo este dia por se achar a Tropa postada à imitação do que praticara o mesmo Vice Rei, que destinou para os receber o dia dos Anos do Senhor Rei Dom João Quinto, de Gloriosa Memória.

Logo que se me apresentaram, me entregaram a carta da cópia junta, número segundo, dizendo-me que traziam outra para Sua Majestade, que não sei se contém o mesmo negócio ou outro diferente, e nessa incerteza vou expor a V. Ex^a. que pretendo responder a sobredita carta, não sendo de nenhum modo conveniente aos interesses do Estado a pretensão do dito Rei Dagomé.

É impraticável o comércio privativo do Porto de Ajudá, como ele pretende, por muitas considerações.

Primeira, por que concorrendo em algumas ocasiões cinco ou seis embarcações deste Porto nos da Costa da Mina a fazerem o resgate dos escravos, se forem obrigadas todas a fazê-lo no Porto de Ajudá, necessariamente hão de sofrer grande detrimento, não só pela grande demora que de necessidade hão experimentar, com a qual se há de arruinar o tabaco e consumir os mantimentos para a toma viagem, mas também por que o dito Potentado aumentará excessivamente o preço dos escravos como costuma, logo que no dito Porto entra alguma embarcação, estando lá outra pedindo por cada hum deles quatorze rolos em lugar de doze que dantes pretendia.

Segunda, porque não terão os Mestres das Embarcações liberdade que escolherem os escravos e serão obrigados a aceitar os que lhes quiser dar o mesmo Potentado, pelo preço por ele arbitrado.

Terceira, porque em todos os mais Portos daquela Costa se resgatam os escravos por muito menor numero de rolos do que no Porto de Ajudá, não devendo ser privados desta comodidade nem os que se empregam neste comércio, de tanto risco e despesa, nem igualmente a Lavoura da utilidade de comprar a melhor preço os escravos resgatados nos outros Portos.

Ponho na presença de V. Ex^a. estas reflexões na presunção de que a resposta que se der ao Potentado Dagomé, fundada sobre elas, será sem duvida a mais conveniente aos interesses de Sua Majestade e das Conquistas; ignoro se ele se queixa também à mesma Senhora do atual Diretor Francisco Antonio da Fonseca e Aragão, mas no caso que assim seja, como presume o mesmo Diretor na Carta que me escreve, número terceiro, está dada para o futuro a providência, por se achar nomeado Manoel de Basto Varella Barca para lhe suceder naquele emprego, como é de constante pelos papéis públicos.

Como entre os Potentados e Régulos da Costa d'África reina ainda muito a barbaridade e grosseria, e se não praticam aquelas formalidades que a civilidade e a política tem introduzido entre os Príncipes europeus para jactarem mutuamente as suas negociações, não é de admirar que estes chamados Embaixadores se apresentassem sem fausto e sem ostentação e que eu os reconhecesse como tais, para merecerem alguma atenção, e contemplação à vista da carta que me apresentarão do Rei Dagomé, escrita pelo Tenente da nossa Fortaleza de Ajudá, a quem ele mandará chamar para esse fim, e da participação que me fez o mesmo Diretor da sua vinda, e da consideração de que convém a boa harmonia com este Potentado sumamente ambicioso e soberbo, em razão do comércio do resgate dos escravos tão interessante à Real Fazenda e tão necessário para a subsistência da lavoura destas Colônias.

Nesta embarcação que segue viagem para essa Costa... [corveta Nossa Senhora da Glória e Santa Anna... os fiz embarcar, por me requerer o mesmo Rei Dagomé na carta que me escreve o que na primeira ocasião que se oferecesse os enviasse a presença de Sua Majestade; ao Mestre da mesma embarcação ordenei os tratasse com decência e os não deixasse desembarcar sem positiva ordem de V. Ex^a., e por conta da Real Fazenda lhe mandei satisfazer toda a despesa que com eles houvesse de fazer no seu transporte [ilegível]

Documento 3 – Referente à embaixada daomeana de 1795

In: *Cartas, relatórios e outros documentos relativos à visita dos Embaixadores do Rei de Dahomey*. Queluz, Abomé, fevereiro de 1796. 8 documentos. Originais e cópias. 10 folhas. Fundação Biblioteca Nacional / Divisão de Manuscritos. Localização: Microfilme: MS-512 (51) Documento 563

Fidelíssima Senhora Dona Maria Primeira

Lembrando-me da grande amizade que El-Rei Meu Senhor e Pai que a Santa Glória haja, e os mais senhores Reis, seus predecessores conservavam sempre a Vossa Majestade, de com os seus leais vassallos tanto Diretores como Negociantes que a este Porto tem vindo, e eu desejando também a mesma amizade, boa união, e é fiel paz de Vossa Majestade, e que por esse meio se veja o meu Porto freqüentado das Embarcações Portuguesas, por aumento tanto dos Vassallos de Vossa Majestade e como dos meus e os Vossos Tesouros em maior aumento, porém, como não possa haver amizade firme e fiel entre os soberanos, quando e de qualquer das partes, vassallos pouco fiéis às Leis dos seus monarcas transgredindo-as a fim de aumentarem fazenda, pelo espírito de ambição e avareza que os domina, não ponderando, nem pondo adiante a honra com que devem servir os lugares que os seus soberanos lhes confiam e a causa desta minha narração, são as razões que abaixo exponho. Foi Vossa Majestade e servida mandar para o Diretor da Fortaleza que tem neste meu Porto, a Francisco Antonio da Fonseca e Aragão, o qual inteiramente se esquece das obrigações do seu Posto, cuidando em aumentar fazenda, com ludíbrio grande do Posto que Vossa Majestade lhe conferiu. Depois que tomei posse do governo há seis anos por falecimento do meu muito amado Rei Senhor e Pai, tenho informado-me do viver do Diretor e do modo com que serve a Vossa Majestade e julgo segundo as retas Leis que Vossa Majestade e tem baixado para bem do seu Real Serviço, que ele os tem transgredido, assim com me tem escandalizado por faltar as obrigações que de seu posto; há bastante anos, ainda antes do meu governo que se acha a Fortaleza com dois baluartes da parte das Praias em Terra e a sua Artilharia descavalgada, sem carretas e incapaz de fazer só seu ofício se for preciso, sendo os ditos Baluartes, a principal despesa, tanto da mesma Fortaleza, como da minha Terra por aquela por aquela parte, informando-me das Cabeceiras que tenho nesse

lugar, dos estados das Fortalezas, me dizem em uma voz que a Francesa e Inglesa estão em boa ordem e que a de Vossa Majestade se achava como já disse acima, com os Baluartes em Terra e a sua Artilharia prostrada; quis saber do próprio Diretor, o motivo porque conservava a Fortaleza, em semelhante estado, me respondeu que não havia ferramenta, com que se trabalhasse tanto na construção de levantar os Baluartes, como fazer Carretas, desculpa essa que aceite por ser ele dito Diretor, mandado por Vossa Majestade, porque os Baluartes são construídos do mesmo barro e levantados pelos soldados da Fortaleza a quem Vossa Majestade, por sua Real Grandeza, lhes manda dar soldo diário, e da sua Real Fazenda, não faz mais despesa avultada na Fazenda da Vossa Majestade estando a Fortaleza na minha Terra, para minha despesa: as carretas se podem fabricar na mesma Fortaleza, pois na minha terra há Madeiras, e na Fortaleza, Soldados Carpinteiros.

Sei que no ano de 1791, veio para dita Fortaleza, um Tenente e que no mesmo ano o Diretor o despediu para Cidade da Bahia, a buscar ferramenta e as mais precisas para um e outro trabalho; e no ano de 1792, ficou a Fortaleza prevenida de todo o necessário para a construção de ambos os trabalhos e até o presente ano de 1795, se acha no mesmo estado, quer que da Cidade da Bahia venham carretas, quando Vossa Majestade não deve fazer semelhante despesa tendo nas minhas Terras, como já disse, Madeiras para se fazer a dita obra com mui diminuta despesa.

É tal o procedimento do Diretor e tem tal baixeza de espírito, que se vale do Nome de Vossa Majestade, pelo Seu Real Serviço para levar três peças de Panículo de cada Navio, da Nação que vem negociar neste Porto, e a Fortaleza lhe dá um Padeiro, duas Aguadeiras e uma Lavadeira da gente da sua povoação e os ditos Capitães lhes dá no fim de seu negócio, um rolo de Tabaco a cada um destes serventes e uma peça de Panículo para o seu vestuário; e com seja costume antigo mandarem os capitães os ditos Panículos ao Diretor, para dar aos serventes, ele os deixa ficar em si, e tem a liberdade de dizer que os Panículos são para fazer Bandeiras para a Fortaleza, e Mortalhas para os soldados que morrem; ação esta bastantemente estranha pelos Estrangeiros que eu e todos eles sabemos, que da Cidade da Bahia, vem todo o necessário para a Fortaleza, quanto mais bandeiras, que no ano acima referido de 1792, vieram da Bahia, duas Bandeiras e as Mortalhas que se dá aos mortos, e mais despesas que se faz, vai carregado em

despesa a Real Fazenda de Vossa Majestade e pela Cidade da Bahia enfim, não acha que possa haver ações que possam envelhecer mais um espírito; e assim espero que Vossa Majestade use com semelhante Homem da retidão da Sua Real Justiça, para exemplo de outros.

Em 08 de dezembro de 1794, amanheceram na Franquia do meu Porto uma Nau, três Fragatas e dois Bergantins de Nação Francesa os quais acharam na dita, uma Charrua, uma Galera e um Bergantim, todos Portugueses que estavam a resgate de escravos; o Bergantim a largar com toda a sua escravatura, equipagem e oficiais a bordo, só a espera do vento terral, para se fazer a rota, foram todas as três embarcações prisioneiras pelos ditos Franceses os quais ao amanhecer o dia 8, foram a bordo Charrua e a fizeram rasa, sem leme e incapaz de navegar, para o qual fizeram transportar toda a escravatura das duas embarcações com oficiais e equipagem; e pelas 2 horas da tarde, fizeram as arder em fogo as duas, e se fizeram à vela. No dia 9 e 10 se desembaraçam os cativos, e mais gente que ficaram a bordo de Charrua, e recolhendo-se à Fortaleza como deviam, foram mal recebidos pelo Diretor, que em nada pareceu Português e mais agasalho acharam nos Estrangeiros, os quais não só lhes ofereceram suas Fortalezas, mas o que precisassem: Ao capitão que havia acabado o seu Negócio, lhe mandou o meu cabiceira, logo dar casa para a sua morada, onde se conserva com a sua escravatura até que há navios para o seu transporte: os ditos capitães da Bahia, por se verem sem com que compra sustento para sua escravatura; foram ao Diretor, pedir-lhe socorro, para que lhes desse búzio, para comprarem o dito sustento e para satisfação do búzio, sacariam Letras sobre os seus Mercantes; e ele, o Diretor, os ultrajou bastante de palavras, faltando-lhe com a assistência, que lhe mandou dar bastantemente tarde, e foi causa de haver mortandade grande na escravatura, dizendo ao capitão que eu lhe havia tomar os cativos, aprisiona-lo a eles capitães: procedimento este que me escandalizou dentro na Alma, porque este Diretor nunca soube que eu usasse semelhantes ações com pessoa alguma e muito menos usaria com os Portugueses e em semelhante ocasião; e ficou sem castigo esse Diretor por me lembrar havia sido mandado por Vossa Majestade para a Fortaleza, deixo a sua punição à Real vontade de Vossa Majestade.

No que respeita a Charrua, essa não precisava de suprimento para a sua escravatura; porque os Franceses a deixaram com tudo quanto dentro tinha de Mantimentos e Carga e só levaram o que acharam na Câmara, e na Coberta dentro

das Arcas, e se a escravatura padeceu de mortandade, com prejuízo grandíssimo do Mercante, foi por culpa do Capitão, e Caixa, e pelo mau procedimento do Diretor; porque fazendo o dito Capitão e Caixa conduzir todo o búzio e Mantimentos que a bordo havia para a Fortaleza, requereram ao dito Diretor lhes desse um Armazém para recolherem nele o que tinham, ele o Diretor lhes franqueou um Armazém, que se acha por baixo da Casa da sua assistência, e o dito Capitão e Caixa fizeram dele fiel da chave, pensando estaria assim segura a sua fazenda, foi quando o dito Diretor, se serviu de mandar a noite / depois que se fecharam a porta da Fortaleza / os Moços a seu serviço ao dito Armazém tirar búzio, que chegou ao número de oitenta sacos, que mandava conduzir para a sua morada; ouvindo eu os clamores destes Homens, por informação certa, mandei buscar as chaves tanto dos Armazéns de Vossa Majestade como dos ditos Homens, o que repugnou o Diretor a entrega; e eu cuidei em mandar vir a minha presença os Moços que serviam tanto ao dito Diretor como ao Capitão e Caixa dos quais soube a ciência certa, a usurpação que havia feito o dito Diretor, na fazenda pertencente a Charrua e por último aconselha ao Capitão e Caixa, façam um leilão para venderem a escravatura e no mesmo dia de tal Leilão ou Praça houveram a Escravatura por abandonada, ficando ele Diretor de posse dos escravos e se venderam muito poucos, por pouco mais ou nada, o Tabaco que ficou comprou o Diretor por muito diminuto preço; não compreendo se não ser conchavo dos dois com o dito Diretor e por modo algum deve o Dono da Charrua passar por semelhante prejuízo.

É o que se me ofereceu fazer presente a Vossa Majestade, de quem espero exemplar castigo, como costuma em semelhantes casos. Envio a Real Presença de Vossa Majestade um meu branco e dois embaixadores para fielmente entregar a Vossa Majestade esta minha carta.

Rogo à Real Pessoa de Vossa Majestade mo mande logo, pois para irem a sua Real Presença, com mais brevidade, escrevo ao General da cidade da Bahia.

Espero que Vossa Majestade me não poupe com enviar-me as suas Reais Ordens, que eu no cumprimento delas, darei a conhecer a Vossa Majestade a fiel amizade que lhe professo. Deseja a Real Pessoa de Vossa Majestade e a toda Real Família, prósperas felicidades.

Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade por dilatados anos.

Abomé, 20 de março de 1795.

De Vossa Majestade o mais fiel Amigo muito Venerador

Assinado o Rei de Dagomé. [com uma cruz]

por João Pontes (Cópia)

Documento 4 – Referente à embaixada daomeana de 1805

In: ANADIA, Visconde de. *Ofícios e documentos enviados a Francisco da unha 88Menezes relativos a visita dos embaixadores do rei de Dahomey*. Queluz, 30-31/07/1805. Original e cópia. 8 documentos (11 páginas). Anexos outros documentos a respeito. Fundação Biblioteca Nacional / Divisão de Manuscritos. Localização: MS-512 (59) Documento 846.

(Cópia)

Ao Muito alto e Poderoso Senhor D. João Carlos de Bragança
Abomé, 20 de novembro de 1804

Meu Mano e Sr. Grande gosto terei eu, Adandozan, Rei deste pequeno Dagomé, se esta minha única via for aceita assim como foi a do defunto Sr. meu pai, a quem os Deuses varopaci tenham com todos os seus Estados para honra minha e de todo este meu Povo.

Meu amável mano há muito tempo que fiz patente ao meu grande Deus Leba, que pelos seus grandes poderes lá no lugar onde habita que levasse em gosto e louvasse a amizade a amizade que eu desejo ter com os Portugueses e juntamente o oferecimento e trato que louvasse fazer, sem faltar ao afronto da minha religião; e assim como tudo me concedeu faça eu saber a vós em como há muito tempo que desejo eu enviar estes meus Embaixadores e como não tenho tido pessoa capaz, em que fizesse firme conceito, quis a minha fortuna que mandando eu no tempo [ilegível] a 7 de setembro de 1804, pela conta dos estrangeiros, mandasse em uma guerra às praia do Porto Novo ou Ardra, por causas que temos de várias palavras ao nosso costume; acharam os meus, três navios portugueses e como é costume entre nossas nações cativar e apanhar tudo quanto se achar no dito conflito, quis a minha fortuna que eu apanhasse este, que agora digo por nome Innocência Vacala, por assinatura e confissão que lhe fiz fazer, soube por certo o ser Português; e como eu determinei acampar dez mil homens, para ir outra vez sobre os meus contrários; porém pela amizade que desejo ter, e os mais tratos, foi requerido por este dito com razões fortes, dizendo-me que ele era um humilde Vassalo do seu Sr. Príncipe de Portugal e que portanto queria debaixo da minha Ordem, ia fazer retirar os ditos, pois tornaria a

recolher-se como cativo meu até vir resgate de seu soberano. Eu como tal soube e queria experimentar as razões que dava sempre chamando pelo Amável Nome do Senhor e Meu Mano, quis saber com certeza quem tanto só lembrava de seu Sr., mandando eu fazer junta de todos os meus Aquigones para verem a constância de um pequeno Vassalo, aonde vim louvar e a conhecer com certeza quem são os bons Portugueses; porque mandei vir toda a minha pequena nobreza a honrada Casa do meu grande Deus Leba verem jurar um português e onde mandei vir o dito para no meio de 3000 soldados armados fazer perguntas ao dito e dar firme juramento pelo meu Grande Deus, e como o dito me requer, que não podia jurar daquela sorte e que só juraria pela Real Coroa de seu Soberano ou Retrato conhecido; e que não só jurava como também oferecia-se a morrer. Eu, como me achava na dita ocasião com quatro Reis, vassalos meus e todos louvavam muito as ditas razões, fiz trazer a estimada Bandeira Portuguesa, que conservo com muito gosto para o dito dar três juramentos sobre as verdadeiras Divisas ou sinais, e como o dito assim que a viu prostrou-se de joelhos e jurou com muito contentamento, de que eu e os mais Reis louvamos muito a boa ação, e portanto fiz matar onze homens, em que fiz aviso ao Sr. meu Pai da boa ação deste vassalo e portanto queria eu ter com o Sr. meu Mano todos os tratos que fossem possíveis, assim como abrir as minhas Minas de ouro que ainda estão em segredo, e portanto como achei este com condutor para ir com os meus e também cheguei a ver três vias que paravam em poder do dito, e como soube ser certo virem aquelas vindas da Cidade de S. Tomé, para serem remetidas para Lisboa, e assim determinei a mandar esta minha feita pelo meu Escrivão e assinada por mim entregue ao meu Embaixador, por nome Moaci Jurethi, juntamente como o seu Secretário Vangaca, onde trato o que agora faço patente ao Sr. meu Mano.

É costume Sr. nestas nossas nações depois de ser falecido o soberano do Reinado ao Sucessor que tocar não governa sem não haver vários costumes passados, porém todos os casos que se fazem de justiça, ou bem ou mal determinados, serem feitos pela voz do sucessor, e agora como já é completa a minha idade e os costumes do falecido todos feitos, e eu governar sobre mim dando-se parte de todos os casos presentes e antepassados, onde vim a saber que tinham os meus Aquigones feito prisão em meu nome em dois governadores da nobre Fortaleza Portuguesa de que deste caso tive notável sentimento e por esta causa pelo a meu Mano um amável perdão.

É certo Sr. que nos não temos guerras com Nação Estrangeira do que toca navegantes, porém tenho eu Guerras com uma nação onde foi este que com os meus apanhados nas ditas praias, pois bem tenho feito aviso a todos os Portugueses, Ingleses e Franceses que se ausentem do dito Porto, os quais me não querem ouvir, e assim como já é de costume as nossas guerras de parte a parte quebrar canoas pode onde fazem os navios suas descargas, e cortar os cabos que estão botados em terra por onde vai água para todos e cativar tudo quanto achar. Eu, como me confesso por vosso Irmão e Amigo não desejo fazer o mais pequeno dano no seu Comércio que consultem todos a virem neste Porto, pois todos os cativos a este Porto é que hão de vir, e assim rogo-lhe e peço-lhe pelos seus grandes Deuses haja determinar o que lhe peço, pois esta Guerra que eu tenho com este rei Vucanim é sobre uma traição que comigo obrou, e assim eu já jurei pelo Grande Deus Leba, e mandei dizer ao Defunto meu Pai que lhe mandar aquele recado por 150 homens que mandei matar somente afirmando-lhe que eu me havia de despicar; e portando não desejo fazer mal ao seu Comércio: neste caso é o que tenho, para fazer ciente ao S. meu Mano.

Faço saber a meu Mano em como desejo abrir as minhas Minas e se com o seu adjutório o poderei fazer e também queria alguns preparos para as minhas Guerras, assim como seja quem saiba fazer peças, espingardas, pólvoras e o mais que consta os preparos para o dito efeito: rogo mais ao Sr. meu Mano, para que quando estes meu vierem, me queira mandar fazer 8 espingardas de prata para caçar, pois é com que mais entretanto, e também alguns Obuses para metralha, e também 30 chapéus finos grandes de várias cores com duas plumas grandes e também 20 peças de sedas dos antigos e também me ofereço nesta minha Aldeia para tudo quanto nela determinar e assim tudo quanto me falta nesta, que mandei fazer pelo meu Escrivão adverti ao seu bom vassalo, que pelas suas honras e lealdade lho remeto para que faça dele o que quiser. É o quando se me oferece a fazer neste aviso e onde todos os meus Aquigones lhe rogam como quem desejam a sua fiel amizade. Como nesta ocasião estou acampado com 20 mil homens não consta comigo senão apetrechos de guerra forem em sinal de um bom Irmão para firmeza da nossa amizade.

Eu, escrivão deste cruel Rei, que aqui me acho há 23 anos fora dos Portugueses, V.R.Majestade me queira perdoar o meu grande atrevimento como me mandam fazer esta, à força a fiz por não ter outro remédio, pois quem poderá

expressar o que viu é este que vai, por nome Inocêncio. Como eu há 23 anos ainda não achei outro cristão como este, me fará aviso do que viu e o que padeceu e como tratam os pobres portugueses nesta terra. Eu faço este pequeno aviso porque todos quantos assistem na vista desta não sabem ler; e não me estendo mais por não causar desconfiança. Meu Sr. Jesus Cristo queria lembra-se de todos quantos aqui estão penando. Deus dê todas as felicidades a V. Majestade, como quem deseja, que é o humilde vassalo. João Sathé, português.

E como isto não enfado mais o Sr. meu Mano

Do Vosso Mano Amigo

Adandozam Rei de Dagomé

Secretária de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos em 30 de julho de
1805

João Filippe da Fonseca

Documento 5 – Referente à embaixada daomeana de 1810/11

Carta ao Real Príncipe de Portugal D. João Carlos Bragança, (09/10/1810). *Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe regente D. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos,; estabelecimento do comércio; furtos e roubos feito por portugueses; irregularidades nos portos da região; substituição do diretor da Fortaleza de Ajudá; envio de emissários à Bahia; guerra nos sertões de Maquinez, de Nagôs, e Porto Novo; confirmação dos laços de amizade entre Portugal e Daomé para facilitar o comércio de escravos; compra de produtos da terra sem tributação e pagamento de serviços de "jornaleiros" quando utilizados.* (Originais e cópias de época). [1818-]. IHGB. Localização: DL 137,62. .

Ao Real Príncipe de Portugal D. João Carlos Bragança, meu Irmão

Recebi uma feita pelo Visconde Secretário da Secretária do Ultramar donde me noticiava da boa e feliz saúde de Vossa Alteza do qual estimei muito aonde logo começaram a chegar notícias de que Vossa Real Alteza e toda Família Real tinham sido prisioneiros dos Franceses e que tinham tomado Lisboa e juntamente o Rei de Espanha passado de curso e tempo veio outro Navio de que trouxe novas notícias que Vossa Real Alteza e de Nossa Soberana Mãe Rainha de Portugal se tinha arretirado debaixo de uma Armada Inglesa e Portuguesa, a cidade da Bahia. Passado decurso de tempo veio outro navio trouxe a noticia que se tinha passado para o Rio de Janeiro aonde também sabemos que morreu o Duque de Cadaval do que eu senti muito e disse lhe dou os pêsames pois o tempo tudo está virado em nosso tempo do nosso Governo tanto lá como cá o meu sentimento tem sido de eu não ficar mais vizinho de Vossa Alteza e nem poder andar em terra firme para lhe dar um socorro com o meu braço pois a minha vontade é grande, pois eu também cá na minha terra tenho pelejado muitas Guerras pelos sertões adentro tanto da Nação Maquina como de Nagôs e que desses todos tenho tido vitória pois eu também lhe quero participar das minhas guerras que eu tenho tido por cá tendo eu uma terra muito pequena veio um Rei de uma terra Poderosa atirar um turo nela para ver se fazia alguma presa aonde o dito

Cabiceira dela me mandou fazer aviso, que o Rei de Oyo veio fazer essa desordem preciso advertir que esse dito Rei tinha sete terras no campo para poder chegar ao dito em.tos. caminhos ruins e de Alagoas grandes e algumas eram preciso passar em canoas pois estavam distante da minha terra treze dias de viagem pois meu Irmão bem sabe o que são guerra destruí todas sete e o depois de meu povo descansar a cabo de cinco dias, avançaram a dita terra a pelejar o meu povo e acharam um grande fosso [ilegível] Morros de Pedras e começaram a pelejar desde as seis horas da manhã até as seis horas da tarde e arretirou-se o meu Exército neste dia para descansar e quando foi pela meia noite entrou a minha guerra no dito fogo e subiu acima e começou a botar os muros abaixo e quando veio rompendo o dia entrou a guerra dentro e foi levando tudo a ferro frio e pressionando e quando foi pelas 2 horas da tarde estava tudo destruído e me arretirei para a minha terra aonde no caminho alguns que fugiram foram buscar socorro de outras terras a se ajuntarem para virem me tomar a presa acabo de três dias, aonde tornemos de novamente a pelejar e os convenci pois meu Irmão as Guerras para mim são divertimento assim também com o participo a Vossa Real Alteza sobre outra guerra que tive com o Porto Novo que tendo uma terra chamada a Gonçã que a cuja terra era uma Ilha cercada de Alagoas vizinho de Porto Novo que se tirando um tiro lá se ouvia aonde eu destruí a dita terra e mandei a presa e fiz para casa e fiquemos na terra assentados e acampados: os do Porto Novo ouvindo tantos tiros vieram com a sua guerra embarcou em canoas a fazerem desembarque e nós Dagomés no mato calados a espera deles que fizessem o seu desembarque começaram a se armar em Guerra aonde vinha feito o Agaû dela o grande e valoroso afamado aDangoge, aonde o meu aGaû depois que os apanho a todos em terra firme mandou lhe quebrar as canoas aonde o dito aDangoge não vendo Dagomé nenhum e pensando que se tinham arretirados começaram a tocar os seus tambores e a beberem a saúde dos Dagomés terem corridos deles e quando chegou o meio dia foi sinal o meu aGaû de pelejar e avançou dos ditos aonde pelejou muito o meu aGaú com eles e os ditos vendo-se muito perseguidos começaram a fugir para a lagoa em procura das Canoas e as não acharam aonde todos foram convencidos aonde não escapou nem um só para ir levar recado da Guerra do El Rei; lhe fiz isso para ele nunca mais poderem até levantar armas para nem um Rei e depois que a Guerra a recolheu para a minha casa trouxe dos seus cabos deles [ilegível] de Guerra tanto vivos como cabeças

dos mortos sessenta e três, com o dito Félix se achava meu Porto neste tempo, mandei amostrar aos três Fortes ao o capitão Félix e os mais Capitães que se achava no meu Porto neste tempo, a cabeça de aDangoge, e seus cabos todos a viram digo para que quebre a terra chamada aGoncã foi para que eles insinuaram o campo para virem quebrar aBomé de Calavê pois o meu povo estimaram tanto a ter feito esta vitória que me deram o título que o precário seus filhos para em um dia morrer a mais como o seus filhos, pois lhe vou aplicar melhor este vosso aGonça é o filho da porça e o Porto Novo é pariu os filhos, pois estes meus cabiceiras que eles apanharam em montaram numa guerra, gente de Porto Novo, também quando eu apanhei a gente da Guerra a aDangogi mandei matar neles em lugar dos meus que eles mataram na dome (casa) de Calavy, pois vinguei-me bem dos ditos e mandei a redor da minha Feira toda degolar neles para intimidar aos outros a não virem mais entender comigo. E os mandei vender a pequenos e grandes e todos que tivessem seu dinheiro os arrematar, e depois que eu fiz tudo isso tomei o mesmo título a Imigôu aFunquijâ que vem a ser quando um homem é mais valente que outro e atraca braços e o bota no chão que o que fica para cima começa a arrancar os cabelos da cabeça e o vento começa a levar pelo ares que são esses que vendi e matei. Vou noticiá-lo do que tenho [ilegível] para dizer lhe com os mesmo desgostos que Vossa Alteza tem tido, eu também tido os mesmo pois nesse mesmo tempo que eu tive a notícia que era morto o Duque de Cadaval e tanto de incômodos que lá tem havido, também faleceu cá minha mãe e os inimigos que meu Pai tinha ouviram o falecimento dela e começaram a correr pelos matos e terras e eu sempre atrás deles até fui em uma terra aonde apanhei a Mãe do Inimigo de meu Pai pois este Rei Popô Maquino quando soube que minha mãe tinha morrido casou com uma mulher aonde lhe pôs o verso Aoêcame para ter notícia que eu tinha matado a sua mãe dele e com ele tinha noticia que minha mãe tinha falecido botou o verso na cuja mulher de que a mesma dor que ele teve de sua mãe morrer que a mesma dor ter o Dagomé pois o verso que diz que é com ele gemia também o Dagomé haverá gemer, pois o dito Rei levantava da terra aonde habitava e foi-se habitar para de trás de uma de uma terra chamada o Aê e pôs o título natal terra de que guerra nenhuma podia ir quebrar. Eu que soube disso mandei a minha guerra em cima dele aonde destruí a terra toda e matei o dito Rei e ataquei fogo aonde trouxe vivos seus filhos e filhas e irmãos do dito e irmãos que tinham o dito nome e toda essa gente matei pra minha mãe e mandei

tirar os queixos de toda a sua geração e pregar nas portas da minha casa e pregados em paus e a cuja mulher do dito [Sapé] se acha na minha mão gemendo e generá até morrer e estas notícias todas dei para razão de nos ficarmos longe e me mande também notícias o como vai de Guerras com a nação Francesa e as mais para eu saber para ficar contente, pois vou de novamente contar a meu Irmão o Laço que eu armei para apanhar a gente do seu resto que foram se meter no meio de uma terra junto com os do queto aonde eu soube que eles estava, fazendo vossa e deixei faze-los no presente ano a sua roça e no segundo ano que acolha esta boa suspenderam a guerra e os apanhei a todos e mandei botar um pregão para ninguém fazer mais roça naquele lugar pois assim é que eu brinco com eles cá. Depois que se arretirou desta Fortaleza o governador Manoel de Bastos Varellos não tem vindo mais nenhum feito para Lisboa senão dois tenentes os cujos morreram, e agora cá se acha dois que um é o Almojarife e outro é Escrivão de que vou pedir a Vossa Real Alteza que vamos endireitar a nossa amizade me mandar Governador provido dessa Corte como de antes era Tenente e Almojarife e escrivão e Padre e cirurgião pois a Fortaleza nada lhe tem a sucedido pois se Vossa Real Alteza mandar um Governador como de antes vinha fazer o seu governo bom não há de haver tanta arrega pois o mesmo Governador que vier ele mandará melhor informação da minha terra a Vossa Alteza. Pois agora remeto a conta a Vossa Real Alteza do bom governo que os Ditos cá tem feito pois um Irmão inda que brigue com outro sempre vem a ficar bem, pois eu já ouvir cá a notícia de que na Bahia há ordem dos meus Embaixadores se lá forem não passarem da [Bahia] e virarem para minha terra arretirados. Quando eu ouvi essa notícia não pude acreditar porque não podia se para que em Rei de Portugal nunca costumou virar embaixadores que ia na Sua Real presença. Vou também informar do escrivão da Fortaleza Francisco Felix que ele não faz nenhum serviço nesta Fortaleza e está comendo o soldo da Vossa Real Alteza, só habita em Popô com casa de negócio e ensinando a todos os capitães que não saltem no meu Porto e fazendo sinal com a bandeira do Forte para os ditos Navios não fundiarem no meu porto, querendo levar consigo os soldados da Fortaleza para vendê-los em Popô e os soldados lhe respondem que seu Rei não mandou eles para Popô pois assim também em dever ao meus Mercadores sem querer pagar e no Porto de Popô da mesma sorte devendo isso quem fica no Forte é o Almojarife pois o dito Escrivão nunca ficava sentado em um lugar. Como eu lhe inquietei de não fazer mais

viagem para Popô começou a ensinar aos Capitães todos para não comprar cativos que todos são velhos e defeituosos. O dito escrivão logo quem chega algum navio em Popó com meia a andar pelos Sarames ajuntando todos os cativos para ele só vender e depois que o capitão salta ele é o primeiro que vende cativos e abre a feira embaraçando o povo da terra a não fazer negócio e desses mesmos cativos que toma paga a metade e fica devendo da outra metade que não paga mais pois o dito Escrivão mandando eu perguntar o porque fazia assim dever os Navios ao meu porto e ele me não deixar fazer negócio a mim nem meus mercadores mandou-me por reportagem que essa ordem já vinha da Bahia dos Mercantes e do General, pois seu Rei queria saber mandasse lá perguntar na Bahia posi eu [ilegível] evitar de ordens do Escrivão é que ele me tem feito todo o mal somente em fim de perder a minha amizade com meu irmão, pois meu Irmão eu não posso ver depois de estar na minha terra feito Rei deixar um só homem botar a sua Fortaleza a perder, pois Deus nosso senhor deixou o céu e a terra entre os Reis para nos habitar nela e poder governar pois eu cá estou defendendo muito as Costas de Vossa Alteza, e vossa Alteza defende as minhas costas. Também vou informar do Innocêncio que quando conduziu os meus Embaixadores recebeu de minha mão vinte e quatro escravos para me fazer venda deles e me comprar várias encomendas da terra do branco aonde os ditos cativos chegaram todos vivos na Bahia que até o fazer desta ainda não recebi nem valor de uma agulha nem alfinete. Vou também agradecer a meu Irmão o grande trabalho que teve do Funeral que fez ao Embaixador que meu Pai mandou a sua Real presença pois estou bem informado que teve todas as honras no seu enterro e o segundo que veio também veio com toda a grandeza, com o valor do seu ânimo e coração. Como juntamente os que foram conduzidos pelo Innocêncio, todos dois chegaram com boa saúde e nada lhes sucedeu na sua viagem, foram bem tratados dos capitães tanto para Lisboa como para Costa, pois ambos e dois mais vieram gavando o valor do ânimo de Vossa Alteza e recebi da mão deles as cartas de Vossa Alteza e o dito capitão que os trouxe entregou-me pessoalmente com a sua mão aos ditos. Agora vou ocupar o meu irmão nas minhas encomendas que lhe faço que é de me remeter quatro bombas de água que é para acudir ao fogo com tempo. Meu Irmão Vossa Alteza como Rei Cristianíssimo penso há de gostar do que lhe vou pedir, pois quero também seguir a lei de Deus, para que nela é que Vossa Alteza vive a crer pois eu também quero viver nela, tenho conhecido que a

Lei de Deus é a verdadeira e espero com brevidade dois sacerdotes para este fim que intento e todas as imagens que pertencem ao Adornar de uma capela e seus ornamentos, dois sinos para as Torre e dos Pedreiros para fabricarem a dita Capela pois queria fazer este gosto para meu Irmão de fundar a dita Igreja para todos os brancos que vierem na minha terra saberem que eu sou seu Irmão verdadeiro pois também advirto que me mande tabuadas para fazer a dita capela e tintas de várias qualidades para a sua pintura. Enfim meu irmão, Vossa Alteza melhor saberá como ei de compor a dita Capela assim também lhe peço várias relíquias para a detença do corpo para quando for as guerras me defender do inimigo. E também alguns artífices de Guerra e algumas bombas ardentes de elevação ou ir ao Ar e acompanhado delas algum soldado Artífice para insinuar a elevação do Fogo em o dito acabando de ensinar o mandar embora, e também peço algumas Espingardas Colubrinas que sejam bem [...didas] e não arrebente no atirar pois essas que eu compro cá em negócio todas arrebentam no atirar, pois quero que quando eu manejar com elas diga o povo que foi coisa que saiu da mão de meu Irmão que são vinte e quatro armas desta qualidade, também peço a meu Irmão algumas puas de Vinho de várias qualidades como Vinho branco e vinho tinto do Porto ou da Ilha da madeira e vinho verde e aguardente do Reino desta que vem para o Brasil, e licores de várias qualidades e alguns cachorrinhos felpudos de regaço e alguns cães de água dois de cada qualidade só 2 casais, peço mais a meu Irmão um casal de pardavao e outras qualidades de pássaros bonitos, assim como o ganso e alguns casais de galinhas de Lisboa que [gavão] que são muito grandes, pois meu Irmão [não] há de ignorar tanto peditório que lhe estou fazendo pois possuir tudo isso quanto lhe peço para causar admiração tanto ao meu povo como aos de fora para dizerem consigo meu Rei não sabe ler nem escrever como tem tanta coisa de branco bonita na sua mão, pois meu irmão tudo isso quanto lhe tenho pedido se lhe há de servir de incomodo. Escolha algum da sua Real vontade tanto no peditório da Igreja e Sacerdote como no mais que lhe tenho pedido também vou noticiar que neste presente ano em que estamos fiz o costume do Fundador o presente Rei desta terra chamado o Ebagâr com toda a grandeza e onde gastei muita fazenda [ilegível] aguardentes aonde matei muita gente tudo que é vivente matei para o seu costume. Meu Irmão como nós estamos muito distantes um do outro aonde não nos podemos sempre estar cartearando, por isso de que nesta tanta noticia te quero participar vou a manifestar-lhe de que a guerra de Porto Novo

quando se veio encontrá-lo no meu Exército em Agonçã aonde os ditos divisaram a guerra em duas divisões, a saber, que uma fica em peleja com Agonçã e a outra foi para Daçô no mesmo dia que a dita terra danço este versinho do Ayyôno, pois os ditos serão valorosos em armas para a peleja, chegando os de Porto Novo em Oême tomaram socorro do dito Rei Joaquim, o conde o Exército do tal Saxi levava, dezesseis cabos de guerra, e os ditos do Porto Novo levaram doze cabos, aonde o chefe do Exército do Porto Novo, se chamava Pendô, [ilegível] dito foi comandando este Exército do Porto Novo, já para um [ilegível] antigo e valoroso que já era afundado do dito Rei que fundou o Porto Novo chamado Damejê, pois no dia em que houve a peleja em Agonçã neste mesmo dia houve a peleja em Dançou e como o dito Dançou era cidade pertencente a mim, e os ditos do Porto Novo sabendo que eu estava para ir combater em Agonçô mandaram a sua Guerra com Socorro do [Oêmé] Ajubá a dita terra chamada Dançó pertencente a mim, e onde os ditos da minha Praça no combate que tiveram mataram doze cabos de guerra do Porto Novo, e dezesseis cabos de Guerra do Oême que foram em socorro dos do Porto Novo, pois no combate que a eles tiveram Deus Nosso Senhor neste dia, não foi servido, de que eles tivessem esta vitória; pois no dia em que houve esta peleja foi, em dia assinalado de uma feira chamada Zobodô que na cuja feira sempre mato uma pessoa, no seu dia, pois na dita feira foi que a minha gente mataram toda a quantia de noventa e dois cabos de guerra todos valorosos, pois meu Irmão, um Irmão para o outro deve falar a verdade para o outro como já em cima lhe relatei da Guerra que tive com Adangogê lhe vou relatar da Guerra que achei indo correr, achei esta quantia de cabeças na [Bacia] aonde já acima lhe dei esta conta certa, para saber em um dia, o Combate que eu tive em um dia com os meus inimigos, pois meu Irmão depois que tomei posse do Rei do Agomê todo esse tempo que tenho governado vou expressar-te do que me tem acontecido no meu governo, pois [nas tão] presente tem havido uma grande peste de moléstia de muitas qualidades na minha Terra assim como, bexiga e mortes repentinas com dores de cabeça e dores de [vísceras]: em três dias serem falecidos, que me tem descido muito o povo e matado muita gente, pois tudo isto informo do como está correndo o tempo presente, pois na [sei se lá] será também é o mesmo. Advirto-lhe que em meu poder ainda se acham oito chapéus de sol, a saber, que não são os de mão, são chapéus de um homem de força carregar: a saber, que um é de veludo carmesim forrado de seda, com franja de ouro, a roda; o outro de veludo verde,

forrado, com a mesma dita franja; outro de veludo azul claro com as costuras guarnecidos de galão e renda de ouro a roda e seus [ilegível] em roda outro de Gabacê com franjas de retroz cor de pérola com maçanetas de ouro; e outro de veludo preto em tremixado com veludo branco e sua renda de ouro a roda; outro de damasco cor de [ilegível] forrado de cetim de flores e as franjas da mesma [ilegível] dito com seus espelhos em roda outro de seda [ilegível] guarnecido com granja verde; outro de [ilegível] com paus dos ditos chapéus todos torneados as suas figuras que ficam em cima dos ditos chapéus e um trazia [brasões] e em outros trazia figuras com espadas na mão desembainhadas; outros com Espingardas a fazer pontaria, pois estes cujos chapéus foram um Rei de Portugal nosso Irmão antigo que mandou de dar a meu Bisavô e eu quanto entrei em casa achei todos estes que acima [ilegível] instruídos aonde meus cabiceiras e o povo da minha terra dizem se eu mandar recado a meu Irmão que a haverá a remeter. Peço mais a meu Irmão para adornar a minha sala umas figuras e dois leões e dois tigres e dois cães tudo isto feito ou de louça ou de madeira que [semeavam] muito que parece feito ao vivo e não precisa que sejam muito grandes, peço mais uns peitorais para a defesa do peito e capacete para a cabeça para quando for a guerra, pois é umas das [dádivas] que meu irmão me pode mandar para mim e os meus cabeceiras uma Bandeira com um Leão no meio e outra da sua Casa de Bragança para quando eu sair andarem adiante de mim, também faço oferecimento a meu Irmão das galantarias que se fabricam na minha terra de que Vossa Real Alteza me há de perdoar que são dois Alojjes para quando for a caça meter a roupa para mudar, e seus vidros de bebida e mais duas bolsas para o tabaco do seu cigarro, mais dois pares de alpargatas que é o uso do meu calçar e mais dois abanos que é de abanar e mais um Axîn para encostar no seu Espreguiceiro e mais quatro bastões para trazer na mão quando for ao passeio da sua Quinta e duas forquias para se encostar nela e mais duas Esteiras para botar ao pé de sua cama. Remeto sete panos cada um de sua qualidade dois de Adrô um de dedador outro de painha e algodão e dois de [ilegível] brancas e azuis e um de painha, um calção os cujos calções eu uso deles na minha terra por razão do calor, pois Vossa Real Alteza pode vestir os ditos calções se buscar-se em um pano destes, pois o seu povo há de dizer que o Rei de Portugal é tão rico como vai vestir isso. Remeto quatro moleconas e dois molecões que por tudo são seis, a pois estas seis pessoas que envio a meu Irmão é para eles mesmo pessoalmente noticiarem a Vossa Alteza

sobre as guerras que lhe tenho relatado pois um Irmão com outro não pode falar mentira depois que eles relatarem tudo como acima disse sobre as guerras. As fêmeas para espanarem o seu quarto e os machos para limparem os seus sapatos, pois mando pequenos para se criarem [ilegível] vai se multiplicando mais e não mando homens e mulheres já feitos por razão de que banzão muito a morrem, remeto mais duas patronas para o uso da sua copa; remeto mais uma das cadeiras da minha terra e mais uma caixa para meter o seu cachimbo pois a caixa grande de [ilegível] é minha mesmo e outras mais pequenas é para os criados que acompanham a Vossa Alteza pois as ditas são para conservar cachimbos para não se quebrarem; também lhe passo uns pares de meia de seda pretas, brancas, duas de cada e todas as qualidades que houvesse para o meu uso. Remeto mais três anéis, a saber, dois de prata, um de outro para Vossa Alteza trazer nos seus dedos e mais 2 fuzos e mais um chapéu de sol grande para o seu uso, pois meu Irmão no dia em que estava fazendo essa carta para lhe mandar, corri com a peste da terra que era muita também remeto uma bandeira das guerras que fui [ilegível] que apanhei e as cabeças que cortei por sinal para meu Irmão ver e trazer a diante de si quando sair a rua aos seus passeios que são as Cabeças dos Cabiceiras e também os que estão amarrados são cabiceiras e os dois que estão na Bacia são os dois cabos de Guerra quando que um se chama a Dangogû e o outro se chama Gorumapô e o pão de [caxoaporra] foi com que se mataram o dito Dagongi e mais um dos grandes que apanhei vivo chamado Thofusão que está aí amarrado pois mando-lhe pedir muito que me mande a invocação do Batismo da capela que se há de colocar e os santos dos maiores milagres que meu Irmão se apega com ele para assim reduzir ao povo a fé de Deus. Vou de novamente pedir a meu Irmão que me faça uma visita a nossa Soberana mãe Rainha de Portugal e Príncipes e princesas dessa Corte e todas as pessoas Reais pois os peço resposta com brevidade. A quem Deus o Guarde por muitos anos com sossego no seu Reinado aBomé, terça feira, 9 de outubro de 1810.

De Vossa Real Alteza Irmão
Rei do Dagomé

Documento 5 e 6 – Referentes à embaixada daomeana de [1818]

IHGB. DL 137,62. *.Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe regente D. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos; estabelecimento do comércio; furtos e roubos feito por portugueses; irregularidades nos portos da região; substituição do diretor da Fortaleza de Ajudá; envio de emissários à Bahia; guerra nos sertões de Maquinez, de Nagós, e Porto Novo; confirmação dos laços de amizade entre Portugal e Daomé para facilitar o comércio de escravos; compra de produtos da terra sem tributação e pagamento de serviços de "jornaleiros" quando utilizados.* (Originais e cópias de época). [1818-].

Muito poderoso Rei Senhor de Portugal,

Eu juiz o Rei d'Agome vou ao trono de Vossa Majestade figurando por mim o meu Embaixador [ilegível] meu legítimo [ilegível] levando consigo quatro vassalos portugueses de Vossa Majestade que a 18 anos se achavam prisioneiros nos meus Domínios pelo cabo de guerra do meu Irmão Adandozam e como agora me acho no governo deste Reino por as crueldades e tiranias do meu irmão e me constou que Vossa Majestade mandara pedir os ditos portugueses e que o dito não fizera caso, também logo que tomei conta do reinado mando a seu vassalo Francisco Félix de Souza, escrivão que foi da Fortaleza de Vossa Majestade, oferecer para os mandar conduzir os ditos portugueses e juntamente o meu embaixador e [ilegível] na sua embarcação fazendo o dito toda a despesa a sua custa. Eu, soberano senhor, aceitei o Reinado que o meu Povo entregou-me fiado em Vossa Majestade que me há de ajudar como meu irmão que somos há muitos anos e amigos que é conhecido por toda esta costa. Eu tendo a Vossa Majestade poderei ficar descansado com o meu povo sossegado mandando-me Vossa Majestade os navios dos seus vassalos ao meu Porto que não lhe faltarão bons negócios lhe hei de socorrer com todo o meu poder aos vassalos de Vossa Majestade. Também me ofereço a Vossa Majestade caso queira tomar [ilegível] com o Povo de Porto Novo que a pouco mataram um capitão de navio Português por nome Fortunato Luis Pinto me achara Vossa Majestade pronto e tão o

conhecerá o quanto sou de Vossa Majestade amigo e irmão, um dos sentimentos maiores que tenho tido, pois nunca me constou que gentio matou a brancos quando os brancos [ilegível] pai de todos os negros. Peço a Vossa Majestade que também até para a sua Fortaleza que está de toda arruinada só com um oficial e sem ter o que comer, pela dita Fortaleza não ter valor de um [ilegível], eu bem conheço que Vossa Majestade há de agravado pelas injustiças que o meu Irmão Adandozam fazia com os Diretores da sua Fortaleza, sem razão que bem informado estou eu só palavra de Rei a Vossa majestade que jamais no meu tempo há de suceder semelhante coisa caos haja algum que não seja como lhe mandareis dar parte todos os soldados e cativos da Fortaleza de Vossa Majestade mande os entregar ao Comandante da dita pois se achavam presos a 10 a 15 anos [ilegível] vai com o meu Embaixador um moço meu por intérprete todos entregues a Ignacio Félix de Souza irmão do dito Francisco Félix de Souza a quem Vossa Majestade olhe para ele pois depois que tomei conta do meu Reino, quem tem ajudado ao meu povo é o dito Francisco Félix de Souza procurando navios para o meu Porto tanto portugueses como as mais nações de sorte que entregue ao dito Francisco Félix de Souza todo o Domínio que tinha com os brancos que vinha [ilegível] a fazerem negócio pelo dito ser capas e todos as nações o estimarem. Honrado Rei não tenho nada que vos possa mandar por sinal de Amigo se não duas molecas e um pano feito na minha fábrica e peço a Vossa Majestade que queira aceitar os seus o queria guardar por muitos e dilatados anos. Sou seu irmão e Amigo.

Rei D'Agomé

Fidelíssimo Senhor

A centos de anos que os povos deste Continente tem a honra de comerciarem com as Nobres Nações polidas ficando sempre em dessabor aos meus antecessores e presentemente a mim próprio a não poder resgatar os vassallos de V.A.R. que se acham prisioneiros com o nome de cativos e tratados como tais do meu vizinho e contra o Rei Dagomê.

No seguinte mês depois da minha nobre coroação fiz expedir um meu embaixador a propor ao dito o pesar que me ofendia de dizer aos meus antecessores estes também do meu tempo quer andar falsamente e sem causas fazendo estragar aos navios que desprezam o seu porto e que procuram estes outros quaisquer aonde vejam que se podem fazer melhor vantagem nas suas fazendas [ilegível] propondo-lhe também que iria muito mal feito a fazer estragos aos navios e cativos os brancos foi que com [ilegível] nunca constou que [ilegível] guerra para com as nações deste país e que visse que os próprios ingleses, portugueses, americanos e dinamarqueses se continuaram a ir a este porto e aos outros e desprezavam [ilegível] era pelo mau agasalho que nele recebiam pois que todos os negócios são feitos à vontade e não á força no dia 19 de abril de 1810 obrigaram 207 vassallos do dito meu contrário fugidos deixando a sua Pátria vindo sujeitarem-se ás Leis do meu Governo, entre eles um com recomendações dos portugueses que se acham cativos por esse falar cultamente e pondo ao dito em execução, mandou-se aqueles valerem-se de mim pois que tinham sidos cativos nas minhas Praias pois que o seu Monarca deles se não lembrava e dois grandes castigos que recebem infinitas misérias.

Condoído eu por conhecer as razões que assistia aos desgraçados mandei ofertar pelos oito portugueses quase acham cativos o valor de oitenta cativos em moeda corrente do nosso país, as sedas, as ferros ou escravos pretos, e como trouxe a resposta que os não dava por ser dos brasões do seu Estado a ter escravos brancos, sendo esta a causa para me move a enviar a meu Embaixador a Real presença e ofertar as minhas [Baías] para que nelas quer V.A.R. mandar edificar quantas Fortalezas quiser a fim do comércio e [ilegível] do Estado e nas mesmas ou interior da nos deram os caixas ou mestres dos navios [estabelecessem] quantas Casas de Negócio quisessem sem [comissão] ou tributo algum e poderão comprar marfim, cera, pau-brasil, panos, Azeite de Palmas e escravos, tudo quanto houver no país e poderão também plantar algodão, café, anil, milho, feijão, arroz e tudo

quanto produzirem as terras não pagando coisa alguma das ditas, só sim aos jornaleiros no caso que não queiram trabalhar com escravos seus.

Eu tenho por noticia que o Capitão Innocêncio Marques de Santa Anna tinha vindo tomar umas medidas no lugar aonde se deve fazer um pequeno Reduto que somente [ilegível] manda oito peças e mandando saber por ordem de quem tinha vindo as minhas praias a tomar medidas a fazer marcações respondi-me que o falecido Conde da Ponte por ser Fidalgo de muita curiosidade, é saber que ele dito tinha [ilegível] cativo do Dagomé, e [ilegível] por aquele lugar [ilegível] a distância que tinha de norte, e sul, e de Leste ao Oeste, igualmente a planta daqueles lugares por serem eles o único prisioneiro que por ali [ilegível] e como se acha liberto o único por este motivo o obriguei a ordem de V.A. R para que me conduzisse o meu embaixador a cidade da Bahia e desta a cidade e corte do Rio de janeiro ficando eu na certeza que Vossa A. R. se mandara informar e deve ou não abandonar o Castelo de Ajudá o qual é feito pela terra dentro [dicas] Lagoas ou deixar e fazer um dito a bordo da água no qual poderão os Caixas ter tudo quanto é necessário para refração das embarcações bem como acontece as demais nações.

Juntamente lembra-me a ter notícia que [ilegível] o Diretor do dito Castelo de Ajudá tem sido remetidos para a cidade da Bahia, depois de serem amarrados e açoitados pelos naturais daquele país e por muitas vezes tem disso a bandeira portuguesa desprezada, igualmente a Inglesa.

As nobres destes Estados não deixam aos Monarcas mostrarem os seus verdadeiros sentimentos pois em nada possa oferecer para a fatura do Forte que suplico de não serentes barro, madeiras e tudo quanto houver nos meus Domínios pois desejo ligar e estabelecer com os portugueses a mesma amizade que tem o Rei Congo da Cidade de Angola.

É [ilegível] me oferece a por na respeitável presença de V.A.R. de V.A.R. desejando que na posse desta goze perfeita saúde e igualmente suas altezas e toda nobre corte para amparo dos vassallos. Deus guarde a V.A.R. por muitos anos pois sou.

De Vossa Alteza Real amigo [ilegível]

O Rei (sinal da cruz) Dagomé

Documento 7 – Referente à embaixada de 1823

“Reconhecimento da independência do império do Brasil pelos reis d’África”. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Parte II. Tomo LIV, 1891. pp. 161-162.

Manoel Alves de Lima, cavalheiro da ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e de Santiago da Espada, coronel da corporação da ilha de São Nicolau, tudo por Sua Majestade el-rei o Senhor Dom João Sexto, que Deus guarde, embaixador de Sua Majestade Imperial de Beni dos Reis de Africa, etc. Certifico e faço certo, que achando-me encarregado da Embaixada do mencionado imperador de Beni para cumprimentar e officiar a Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro Primeiro, Constitucional e Defensor Perpetuo no Brasil, pela parte do imperador do Beni e rei Ajan e os mais reis de Africa, aos quais reconheceu a independência d'este império do Brasil nesta côrte do Rio de Janeiro, nomeando eu para secretario da dita embaixada o Senhor Tenente Jozé Vicente de Santa Anna, por o considerar capaz para desempenhar este emprego e por recorrerem em o dito Senhor requisitos necessários, com efeito em todo o tempo que ele exerceu este emprego desempenhou os seus deveres com todo zelo, atividade, verdade e fidelidade, em tudo quanto era tendente a referida embaixada; pelo que o afirmo e juro debaixo da fé de meu cargo, e por esta me ser pedida, para constar aonde lhe convenha a mandei fazer que somente assignei nesta corte do império do Brasil, 4 de Dezembro de 1824. Manoel Alves de Lima, Embaixador de Sua Majestade Imperial de Beni dos Reis de África.

"Reconhecimento. Reconheço a firma supra, posta ao pé da atestação retro, ser do mesmo conteúdo nela, feita perante mim. Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1824. Em testemunho de verdade. Estava o sinal publico. Antonio Teixeira de Carvalho." E nada mais continha o documento do qual fiz passar a presente pública-forma, que conferi, subscrevi e assinarem publico e prazo, n'esta corte e muito leal e heroica cidade do Rio de Janeiro, capital do império do Brasil, aos 4 dias do mês de Dezembro de 1824. E eu Jozé Pina Gouveia, tabelião, que o subscrevi e assignei em publico e raso. Em testemunho da verdade, estava o sinal público. Jozé Pina Gouveia.